

TERAPIA OCUPACIONAL E POPULAÇÃO NEGRA: POSSIBILIDADES PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO E DESIGUALDADE RACIAL

Occupational Therapy and black population: possibilities for confrontation of racism and racial inequality

Terapia ocupacional y población negra: posibilidades para el enfrentamiento del racismo y la desigualdad racial

Magno Nunes Farias

Terapeuta Ocupacional, Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Goiás, Brasil.
magnonfarias@hotmail.com

Jaime Daniel Leite Junior

Terapeuta Ocupacional, Residente em Saúde Mental no Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM-UNICAMP), Campinas/SP, Brasil.
leitejrjd@gmail.com

Isabelly Regianne Brasil Braga da Costa

Terapeuta Ocupacional do Ponto de Cultura Tradicional Quilombo do Grotão. Niterói, RJ, Brasil.
isabellytouplepa@gmail.com

Resumo

Os processos de inferiorização perpassam a existência da pessoa negra de maneira profunda, e podem ser identificados, principalmente, na dificuldade de se construir uma Identidade negra e nas estruturas de exclusão gerados pelo Apartheid Ocupacional. Esse é um artigo de reflexão que realiza um apanhado histórico e contemporâneo sobre a população negra no Brasil, para, assim, pensar sobre as possibilidades de atuação da Terapia Ocupacional junto a esses sujeitos. Tal profissão procura, enquanto um agente político e social, atuar com as populações que tem sua participação ocupacional ameaçada pelas desigualdades, com a finalidade de elaborar estratégias de enfrentamento. Ao atuar ao lado da população negra, o profissional poderá agir na criação de campos de possibilidades, com o uso de atividades emancipadoras, grupais ou individuais, na busca da conscientização e empoderamento de tal povo. Além disso, o Terapeuta Ocupacional coloca-se como articulador na procura de possibilitar a participação social, rompendo com processos de exclusão social.

Palavras-chaves: Apartheid ocupacional; Participação social; Racismo; Terapia ocupacional.

228

Abstract

The processes of inferiorization affect the existence of the black person in a profound way, mainly in the difficulty of constructing a Black Identity and in the structures of exclusion generated by Occupational Apartheid. This is a reflection article, in which a historical and contemporary survey of the black population in Brazil was carried out, in order to think about the possibilities of Occupational Therapy acting alongside these subjects. This profession looks forward, as a political and social agent, to work with populations who have their occupational participation threatened by inequalities, in order to elaborate coping strategies. By acting alongside the black population, the professional is able to work in the creation of possibilities fields, with the use of group or individual emancipatory activities, in the search for awareness and empowerment of such people. In addition, the occupational therapist poses as an articulator in the search to enable social participation, rupturing processes of social exclusion.

Keywords: Occupational apartheid; Social participation; Racism; Occupational therapy.

Resumen

Los procesos de inferiorización atraviesan la existencia de la persona negra de manera profunda, principalmente en la dificultad de construir una Identidad negra y en las estructuras de exclusión generadas por el Apartheid ocupacional. Este es un artículo de reflexión, donde se realizó un recuento histórico y contemporáneo sobre la población negra en Brasil, para así pensar sobre las posibilidades de actuación de la Terapia Ocupacional junto a esos sujetos. Esta profesión busca, como agente político y social, actuar con las poblaciones que tienen su participación ocupacional amenazada por las desigualdades, con la finalidad de elaborar estrategias de enfrentamiento. Al actuar al lado de la población negra, el profesional podrá actuar en la creación de campos de posibilidades, con el uso de actividades emancipadoras grupales o individuales, en la búsqueda de la concientización y empoderamiento de tal pueblo. Además, el terapeuta ocupacional se coloca como articulador en la búsqueda de posibilitar la participación social, rompiendo con procesos de exclusión social.

Palabras-clave: Apartheid ocupacional; Participación social; Racismo; Terapia ocupacional.

1 ENTENDENDO O PROBLEMA

A historicidade dos sujeitos negros no Brasil é marcada pela racialização, que banalizou as conformações do *eu* e *do outro* a partir das relações de dominador e dominado. Pautando-se na ideia de *raça*, para criar a dicotomia entre inferiores (negros) e superiores (brancos), os colonizadores consolidam categorias raciais a partir da codificação dos traços fenotípicos dos colonizados como *cor*¹, legitimando processos de subalternização. Desta maneira, a ideia de *raça*, que coloca o negro como inferior e o branco como superior, naturaliza as relações de dominação. Assim, a *raça*, nessa relação, “permeia a formação social, econômica, política, cultural e pedagógica em nossas sociedades, especialmente nos modos de pensar e conformar os outros como inferiores, sub-humanos” (p.26)². Logo, esses padrões de relações se constituem como o cerne do racista em sua existência na sociedade brasileira, ou melhor, dizendo, no mundo.

A compreensão do racismo perpassa o entendimento do surgimento do conceito de *raça*: “É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (p.06)³. Na perspectiva biológica, tal denominação é inexistente. Mas pontua-se que, na imaginação social e nas representações coletivas que estão encarnadas na sociedade, “existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos” (p.06)³. Dito isso, cabe lembrar que o racismo no Brasil tem suas bases calcadas na história, na qual estas características serviram para colocar o negro no lugar de inferioridade e, com isso, manter as relações raciais desiguais (relações escravistas, desumanização). Há então, “o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores” (p. 09)³.

É essa noção que legitima e mantém o *status* do racismo na sociedade, uma vez que no exercício do racismo é postulado o conceito de *raça* para afirmar as hierarquias entre os sujeitos. Assim, trata-se de um conceito utilizado a partir de uma perspectiva social, ideológica e política, pois se torna uma categoria que legitima a exclusão e a dominação dentro das relações raciais, principalmente a hierarquia da raça branca sobre a negra, marcando o lugar de exclusão do negro, independente de sua classe social⁴.

A violência desse racismo, então, perpassa a existência do povo negro e tem reflexos na estrutura social em dimensões macro e micro. “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e as ideias de ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (p. 02)⁵.

A violência racista se dá fundamentalmente a partir da destruição da possibilidade da consolidação da identidade negra. Isso porque o negro está constantemente tensionado a incorporar um ideal de vida branco, sendo a *branquitude* (que se caracteriza como a identidade branca que se constrói historicamente dentro das relações raciais, e ocupa lugar de privilégios simbólicos e materiais dentro da sociedade)⁶ o padrão de existência positiva no âmbito econômico, psíquico, social e cultural. Esse processo conduz a uma contradição identitária, levando o negro a desejar uma existência branca dentro de um corpo negro, muitas vezes chegando a repudiar o seu próprio corpo, desestabilizando a construção do *Ser Negro* e negando a si mesmo. “O sujeito negro, possuído pelo ideal de embranquecimento, é forçado a querer destruir os sinais de cor do seu corpo e da sua prole” (p.07)⁵.

Nesse sentido, o racismo estruturado nas relações sociais tende a anular qualquer potência do sujeito negro sobre sua existência real, sua ancestralidade, sobre sua criatividade de existir e sentir prazer, de propor ideias que legitimem sua identidade racial; tudo isto levando a bloqueios existenciais e à anulação de seus fenótipos, lançando mão de técnicas estéticas de embranquecimento (alisar o cabelo, clarear a pele, afinar o nariz ou lábios, entre outras)⁵.

Há, portanto, um desafio de ser negro em uma sociedade estruturada sobre uma forma de *ser* branca, eurocêntrica, tanto no que diz respeito aos atributos psicológicos, sociais e estéticos. “De classe e ideologia dominantes brancas. De estética e comportamentos brancos. De exigências e expectativas brancas” (p.17)⁷.

Essa estrutura racista se consolida na estrutura emocional do negro, em quem a ascensão social está condicionada à incorporação de valores e modos de vida brancos, levando à anulação de sua Identidade. Souza⁷ aponta que “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (p.17-18)⁷

Neste processo racista, que constitui o imaginário social do negro inferior e o branco superior, “a questão da identidade do negro é um processo doloroso” (p.52)⁸. Ainda, o autor

supracitado afirma que mesmo com uma dificuldade de busca por uma identidade negra no Brasil, é preciso seguir tentando, a partir do reconhecimento de que algumas especificidades que assolam a existência da pessoa negra só podem ser resolvidas a partir dela mesma, na construção dessa consciência sobre si e das estruturas que lhe oprimem, fortalecendo sua existência positivamente, superando a negatividade existente e legitimada socialmente. Desse modo, o *saber-se negra* é um processo de resistência e conscientização sobre esses tensionamentos raciais: é o descobrimento de uma identidade negada.

A busca por essa identidade é condição para que o negro consiga integrar a luta coletiva com outros oprimidos, tendo então que se reconhecer enquanto sujeito negro potente. Essa luta pela identidade se dará individualmente, mas também pela coletividade, na qual o sujeito negro começará a desconstruir incorporações que desqualificam sua existência e inferioridade⁴. Trata-se de um movimento de superação de representações sociais racistas, dos estereótipos que negativam o *ser negro*, para a descoberta de um modo de ser pertinente com sua historicidade, harmonizando sua existência subjetiva com sua existência objetiva (seu corpo, sua cor de pele).

A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos da sua *negritude* antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (p. 19, grifos do autor)⁴.

231

Entende-se que a identidade individual “faz parte do processo de construção do ser, significando sua existência” (p.04)⁹, que perpassa a aquisição do nome, sobrenome, as marcas que se dão nas experiências mais próprias da identidade pessoal e as marcas que exteriorizam a diferença. Já a identidade coletiva pode ser construída pelo grupo, em que as pessoas dirão sobre si “através de alguns atributos selecionados no seu complexo cultural (língua, religião, arte, sistema político, economia, visão de mundo), de sua história, seus traços psicológicos [...]” (p.09)⁹. A identidade coletiva pode também ser realizada por outros grupos, podendo não ser legitimada pelo próprio coletivo.

Neste sentido, quando os europeus entraram pela primeira vez em contato com povos diferentes deles: ameríndios, africanos, asiáticos, atribuíam a esses povos identidades coletivas, de acordo com seu olhar cultural, identidades que nada tinham a ver com as que esses povos se auto atribuíam (p.09)⁹.

Compondo o processo de construção de uma identidade negra brasileira, é necessário pensar nas dificuldades de organização, a partir do *Colorismo*. Este termo traz à tona e

complexifica a dicotomia negro/branco e irá pôr em cena o debate fenotípico e suas variações. Neste contexto, percebe-se que pessoas negras com a pele clara, narizes mais finos e cabelos com estruturas crespas mais onduladas, por exemplo, têm maior *passibilidade*, ficando relativamente isentas de algumas perversões provocadas pelo racismo. Em outras palavras, constata-se que o negro com características mais parecidas com o branco tem maiores possibilidades/oportunidades.

Isto gera grandes conflitos, visto que o *Colorismo* pode ser uma grande armadilha para que tais sujeitos não consigam se identificar uns com os outros e se tornem oponentes, questionando até mesmo a veracidade da *negritude* uns dos outros. Dessa forma, é importante que a população reconheça a diversidade de negritude que compõe a sociedade, tal como a branquitude. Parece essencial o reconhecimento dos privilégios de negros com pele mais clara. Contudo, é preciso que se possa observá-los como múltiplos e diversos.

Dentro dessa dificuldade de construção de uma identidade negra, devido a todos os processos das práticas do racismo em nível institucional, pessoal/internalizado e interpessoal¹⁰, a lógica racista também acaba por constituir o *Apartheid Ocupacional* de tal população.

O *Apartheid Ocupacional* também marca a existência do povo negro no Brasil, tendo em vista as estruturas que inviabilizam o acesso e a permanência do negro em determinados espaços, sendo uma prática de racismo relacionada “aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro” (p.89)¹¹.

Os seres humanos são seres ocupacionais, as ocupações são caracterizadas como “atividades estruturantes da vida cotidiana que, dotadas de significado e valor pessoal e sociocultural, promovem e expressam a participação desejada ou necessária de pessoas ou coletivos na sociedade” (p.54)¹².

A ocupação humana se constrói dentro de um cotidiano multifacetado, que se regula a partir de atividades realizadas pelos sujeitos – “sendo estas a sustentação da reprodução essencial da vida social, cultural e econômica, comunitária, grupal, familiar ou individual” (p.54)¹² –, e se dá em âmbito interpessoal, institucional e depende diretamente dos processos pessoais/internalizados.

Entendemos que as ocupações dos sujeitos negros são severamente marcadas pela prática do racismo e da desigualdade racial, sendo estes, conseqüentemente, sujeitos em

vulnerabilidade, que são também intensamente atingidos pela lógica do *Apartheid Ocupacional*.

O *Apartheid Ocupacional* se configura na crença de que existem determinados sujeitos que possuem um *status* e um valor social e econômico diferente de outros, ou seja, tem base na crença, que a sociedade constrói, que existe uma hierarquia entre pessoas¹³. A partir de tal hierarquização, compreende-se que a raça se coloca como critério determinante nas relações entre os sujeitos, a partir da crença que coloca o branco em um *status* de superioridade e o negro de inferioridade.

Um exemplo, dentro de outras lógicas e proposições, é o *Apartheid* da África do Sul (1948), onde a população branca, mesmo em minoria quantitativa, exercia dominação sobre o negro, proibindo-lhe a propriedade da terra e dos direitos políticos e civis democráticos, ou seja, inviabilizando a ocupação humana em diversos espaços de participação, limitando sua existência material e subjetiva.

O *Apartheid Ocupacional* pautado na desigualdade racial e na prática do racismo, é então “resultado de limitações políticas que podem estender-se afetando todos os aspectos da vida cotidiana e a ocupação humana por meio de restrições jurídicas, econômicas, sociais e religiosas” (p.65, tradução nossa)¹³; causando pobreza, limitação de identidade e desigualdade para as populações negras, pois restringe sua participação em atividades necessárias ou significativas, no próprio exercício do direito, na expressão cultural e na dignidade de existir enquanto sujeitos negros.

É uma segregação baseada na raça, estrutural e estruturada politicamente (nas relações institucionais e interpessoais) que limita as oportunidades de ocupação. Ou seja, o contexto onde o negro está

[...] reproduz experiências de rebaixamento concorrendo para o enfraquecimento da autoestima e para o desencorajamento. Alguns fatos relacionados a isso incluem a maneira pela qual a história do povo negro brasileiro foi, tradicionalmente, contada; a forma pela qual o negro é representado nos livros didáticos e na mídia (submisso ou coadjuvante); os apelidos postos pelos coleguinhas brancos: “macaco, piche, cabelo ruim” [no ambiente escolar], entre outros (p.11)¹⁴.

Gonzalez e Hasenbalg¹¹, em seu livro *Lugar de Negro*, pontuam algumas das desigualdades raciais no Brasil que são estruturadas em práticas de racismo que constituem uma hierarquia social, afirmando o legado da escravidão na desigualdade pós-abolição.

Os autores pontuam a desigualdade nos seguintes aspectos: na oportunidade para mobilização social; nas distribuições geográficas, nas quais os negros se encontram em territórios menos desenvolvidos socioeconomicamente; na construção da autoimagem desfavorável dos povos negros a partir das concepções racistas; na desigualdade no acesso à educação formal em que o branco possui mais chance de acesso e permanência; nas questões relacionadas ao trabalho em que os negros, em sua maioria, ocupam posições menos qualificadas e pior remuneradas. Por consequência da baixa ou da não escolarização, os negros possuem rendas inferiores quando comparadas às rendas dos brancos.

Esses aspectos, afirmados pelos autores em 1982, são reiterados, no *site Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça* (em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA) – o qual teve sua quarta edição publicada em 2011¹⁵. É essencial compreender que, em 2009, 51,1% das pessoas brasileiras se declaravam negras e 48,2% brancas¹⁵. A partir deste site, vamos a alguns dados:

- *Educação*: Em 2009, a população negra tinha, em média, 6,7 anos de escolarização formal, já a população branca 8,4 anos. Em relação à Educação Infantil, 20,2% das crianças brancas (entre 0 e 3 anos) encontravam-se matriculadas em creches; já em relação às crianças negras apenas 16,7%¹⁵. Os dados da pesquisa do IPEA pontuam alguns avanços. Porém, as desigualdades raciais são latentes, o que resulta em dificuldades na mobilização social dessa população.

A ausência de acesso à educação formal como espaço de acolhimento e possibilidade de vida pode levar essa população negra a outros espaços de existência, marcados pela violência urbana, principalmente para a juventude negra, que é a maior vítima de morte em contextos violentos pela ausência de estruturas que possibilitem alternativas de ocupação e do fazer humano.

- *Saúde*: Em relação à saúde da mulher, as desigualdades de acesso das mulheres brancas e negras são preocupantes. Em 2008, o “[...] percentual de mulheres brancas de 40 anos ou mais que [...] havia realizado exame clínico de mamas, no período inferior a um ano, foi de 45,1%, e, para aquelas que realizaram mamografia, foi de 40,2%. Já para as mulheres negras na mesma faixa etária, este percentual foi de 33,1% e 28,7%, respectivamente” (p.23)¹⁵. Esses exames são essenciais para o diagnóstico e a prevenção de cânceres, e a ausência da prevenção de saúde para mulheres negras pode levar a consequências em sua vida e organização social, visto que, sem a prevenção, os diagnósticos podem vir tardiamente. Esses

dados apontam a desigualdade no acesso à saúde, o que pode levar a consequências profundas na participação social dessas mulheres, ou até mesmo à morte.

- *Mercado de Trabalho*: Os dados em relação ao Trabalho formal com carteira assinada apontam que “em 2009, os homens brancos possuíam o maior índice de formalização (43% com carteira assinada), as mulheres negras apresentavam o pior (25% com carteira assinada)” (p. 27)¹⁵. Aqui, pontua-se mais uma vez a desigualdade racial que se constrói no mercado de trabalho, tendo impacto direto na limitação ocupacional desses sujeitos.

- *Pobreza, distribuição e desigualdade de Renda*: A desigual distribuição racial da riqueza é incontestável, e a população negra segue sub-representada entre os mais ricos; e supra-representada entre os mais pobres: em 2009, entre os 10% mais pobres 72% eram sujeitos negros¹⁵.

Esses dados nos auxiliam a refletir sobre as estruturas das desigualdades raciais que subsidiam barreiras ocupacionais e de participação social, as quais são geradas e representadas pela macroestrutura política, social, cultural e econômica do *Apartheid Ocupacional*.

Tendo em vista que o *Apartheid* se dá na negação ao acesso/ participação dos sujeitos negros a diversas formas de vida digna e significativa, e que essa negação é gerada por estruturas políticas que legitimam e (re) produzem as desigualdades, “suas consequências sociais, culturais e econômicas, sistemáticas e dominantes, põem em perigo a saúde e o bem-estar de [...]” (p.66, tradução nossa)¹³ sujeitos e grupos sociais negros.

É fundamental compreender que esses dados são resultados de práticas do racismo. Por exemplo: no ambiente escolar, que se torna um espaço de exclusão do sujeito negro; ou nos serviços de saúde, onde tais pessoas são tratadas a partir de perspectivas estereotipadas, inviabilizando o acesso e a permanência.

Tais ações se configuram como um Racismo Institucional, que se legitima a partir de práticas interpessoais dos profissionais que atuam nesses espaços, e é articulado direta ou indiretamente pelo próprio Estado, seus serviços e políticas públicas que (re)produzem desigualdades e hierarquias raciais, levando assim a possíveis limitações no exercício de ocupações humanas dignas como as escolares, a assistência à saúde, a assistência social, o próprio acesso ao lazer e à cultura.

Essa prática age, então, nas “coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros” (p.17)¹⁰.

A Terapia Ocupacional se consolida enquanto profissão que lança mão de estratégias para estimular, desenvolver ou potencializar “a participação social de pessoas, grupos sociais e comunidades que experimentam impedimentos ou se confrontam com obstáculos para realizar atividades significativas para si e para seu meio social” (p.08)¹⁶.

Um dos focos da atuação da Terapia Ocupacional é a promoção do exercício pleno de atividades significativas por sujeitos que, por algum motivo (social, psíquico, cultural, cognitivo ou físico), não conseguem pôr em prática as ocupações que consolidam a vida humana.

Desta forma, busca-se potencializar a autonomia e a emancipação desses sujeitos ou de grupos sociais, objetivando então a ampliação de sua participação social e/ou ocupacional a partir de suas necessidades e desejos.

Portanto, entendendo que a Terapia Ocupacional tem a atividade/fazer/ocupação como o principal instrumento de intervenção para a busca de superação de barreiras, e que a raça se constitui como um motivo de impedimento a atividades e ocupações significativas e necessárias para todos os gêneros e faixas etárias, destacamos a necessidade de se olhar para esse determinante social que gera injustiças ocupacionais^{1*}, tendo como foco uma ação emancipatória antirracista.

236

2. CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA E ENFRENTAR O APARTHEID OCUPACIONAL

Tendo a raça como determinante estruturante do *Apartheid Ocupacional* da população negra, engendrado pelo racismo, gerando desigualdade racial e limitando o exercício de

1* Compreende-se a injustiça ocupacional como processos políticos, sociais, econômicos, étnicos e culturais que profibem, limitam ou reduzem a participação social dos sujeitos em fazeres/ocupações dignas e significativas. Sendo a justiça ocupacional um movimento oposto, que procura consolidar o direito a participação social, enfrentando os fatores de exclusão¹⁸.

atividades e ocupações significativas para estruturação de vidas humanas¹⁷, busca-se refletir como a Terapia Ocupacional pode contribuir, nos seus diversos campos de atuação, para enfrentar essas relações de opressão.

Parte-se do pressuposto que o trabalho do terapeuta ocupacional não se dá apenas na busca por estratégias para fortalecer a participação social da população negra, mas também para potencializar as Identidades Negras e Negritudes. Por se entender que a desestruturação promovida pelo *Apartheid Ocupacional* – considerando a esfera política, econômica, cultural, ideológica e social –, compreende-se também que o terapeuta ocupacional trabalha no sentido do reconhecimento das pessoas negras como sujeitos capazes de exercerem uma práxis transformadora junto com seus iguais, contribuindo para sua unificação enquanto coletivo, para a luta antirracista.

Assim, a Terapia Ocupacional poderá criar campos de possibilidade para o fortalecimento dos sujeitos e das questões institucionais que os cercam; o que possibilitaria uma Terapia Ocupacional potente para desenvolver estratégias, ações e projetos que promovam ocupações significativas, em que os sujeitos negros se reconheçam, entendendo a ocupação como condição fundamental para atingir “um estado de bem-estar físico, mental e social [...] [em busca de] um equilíbrio consigo mesmo e com o meio que o rodeia” (p.44, tradução nossa)¹⁸.

Tem-se também uma aposta no campo social – a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional Social – como uma área de atuação com grandes contribuições a oferecer à assistência a essa população, tanto pelas tecnologias sociais produzidas pelo campo¹⁹, quanto por buscar promover ações que englobem aspectos macrossociais e microssociais, de forma articulada, compreendendo que o processo de emancipação deve levar em conta essas duas dimensões²⁰.

Dessa forma, ao atuar junto à população negra, o terapeuta ocupacional – nesta perspectiva teórica – busca apreender e intervir sobre as questões de âmbito macrossocial (racismo estrutural e institucional, que perpassam questões políticas, econômicas e de direitos sociais) e microssociais (em âmbito local, sobre a história de vida do sujeito ou grupo local e os aspectos subjetivos e familiares, as práticas de racismo local e questões territoriais/comunitárias, entre outras).

Tais questões são de extrema importância, posto que, como nos lembram Barros e Galvani²⁴, a democracia racial brasileira é um mito e a maioria da sociedade brasileira

desconhece a África. Além disso, estereotipa-se ao associar o continente africano a guerras, à miséria, ao atraso e à inocência. Portanto, as autoras propõem que sejam favorecidos espaços de debate sobre a diversidade, que estejam atrelados a ações contra o racismo e a xenofobia.

Essa atuação desemboca na necessidade da articulação de dinâmicas que acontecem nas esferas individual e coletiva que envolve a desigualdade racial e o racismo em suas variadas vertentes. “Na esfera individual, serão elaboradas estratégias que auxiliem o sujeito a ter apoios e/ou suportes para sua inserção e participação sociais, respeitando suas escolhas e autonomia” (p.126)²⁰. Já na esfera coletiva,

“[...]o trabalho conecta-se às políticas sociais e à ação em espaços públicos pela manutenção e/ou ampliação do reconhecimento social de determinadas necessidades, intervindo pela ampliação de serviços e outros espaços que possibilitem o acesso aos direitos daquele grupo” (p.126)²⁰.

Assim, no sentido coletivo, o profissional, que se constitui como agente que busca responsabilidade social, irá articular políticas sociais e estratégias de ação com o objetivo de fortalecer redes de direitos sociais (de acordo com a necessidade da população), procurando formas de superar as desigualdades de acesso aos direitos fundamentais, e sinalizando a importância de políticas públicas que contemplem a igualdade racial. Essa articulação micro e macro é um trabalho complexo, que busca as questões individuais e subjetivas articuladas com políticas e com a própria militância²⁰. Dessa maneira, as histórias de vida e ocupações marcadas por relações raciais opressoras são articuladas com a estrutura política e coletiva, para dar conta da complexidade do racismo e desigualdade racial.

238

Tais ações devem estar baseadas na alteridade, na ida ao encontro do outro²¹. Nesse caso, propõe-se este encontro com o sujeito negro para compreender seus recursos, suas angústias, dores, resistências e também suas potencialidades; e caso existam necessidades de cuidado, elas serão pautadas no diálogo e na ação conjunta.

Nesse percurso buscam-se estratégias de *conscientização e empoderamento*. *conscientização*; Entende-se a conscientização como um movimento de aprofundamento da análise das relações sociais a partir de uma posição crítica sobre as opressões²², no sentido de se reconhecerem as tensões que os negros sofrem e as contradições que envolvem o racismo. Isto significa construir uma práxis transformadora dessas relações raciais de desigualdade.

Tal conscientização das relações sociais conduz ao *empoderamento* dos sujeitos envolvidos, que passam a compreender as estruturas nas quais se encontram e percebem que o

problema não está neles mesmo, mas nas ideologias racistas, reconhecendo seu corpo como potência para a transformação e o questionamento do *status quo*. Além do mais, busca-se a emancipação, o que significa ir além de condições pautadas na hierarquia social²³ e racial, em busca da superação da desigualdade racial e da injustiça ocupacional expressos enquanto Apartheid ocupacional.

Nesse sentido, a justiça ocupacional, de acordo com Calvento *et al.*¹⁸, busca dar a possibilidade de os sujeitos alcançarem a sua genuína potência, atribuindo novos sentidos às suas vidas. Tem-se, assim, a atividade como recurso potente da Terapia Ocupacional, para a (re)constituição da identidade pessoais e coletivas. Nesse sentido Almeida *et al.*¹⁶, apontam que

As atividades são elementos organizadores da abordagem profissional e, enquanto tecnologias de mediação sócio-ocupacional, podem embasar o desenvolvimento de processos de constituição ou reconstituição de identidades pessoais e coletivas, que incidem na transformação de percursos e histórias de vida (hábitos, modos de realização da vida cotidiana, saberes, conhecimentos, desenvolvimento da vida econômica, ocupacional, comunicacional e expressiva de pessoas e coletivos) (p.10)¹⁶.

239

Portanto, as atividades podem ter o objetivo de resgatar a história do negro que rompe com a historiografia que o deprecia, apontando para a importância da sua participação na história e na consolidação da cultura brasileira. Mais do que isso: é essencial pautar as questões culturais (religiões, artes, medicinas, tecnologias, corporal, ancestral, ciências, educação, visões do mundo) e a sua atuação para a constituição do país, incluindo os aspectos sobre as línguas⁹ e os movimentos de resistência (estética, cultural) relacionados ao movimento social negro. Busca-se dessa forma

[...] oferecer subsídios para a construção de uma verdadeira identidade negra, na qual seja visto não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro, apesar das desigualdades raciais resultantes do processo discriminatório (p.10-11)⁹.

Com isso, os Terapeutas Ocupacionais podem utilizar a atividade para a produção de sentidos subjetivos, entendendo a identidade como um sistema vivo, dinâmico e sempre em processo, propiciando, então, a produção de sentidos a partir do fazer.

Essas atividades podem ocorrer em diversos contextos, tais como: na escola, em serviços de saúde^{2*}, nos dispositivos da assistência social, em centros convivência, em espaços culturais, nos espaços da justiça, nas organizações não governamentais; ou seja, nos diferentes espaços onde o profissional estiver atuando.

Ademais, ressalta-se que é preciso chamar os profissionais e pesquisadores em Terapia Ocupacional à descolonização branca europeia de seus conhecimentos e intervenções; só assim será possível sua aproximação das diversas demandas da população negra, no sentido de proporem estratégias que têm sentido e que valorizem as identidades afro-brasileiras, sensibilizando-se com os atravessamentos presentes em suas vidas. Cabe refletir também sobre os limites terapêuticos e na pesquisa científica, buscando amparo, formação e diálogos com pessoas envolvidas nos contextos de desigualdade racial, e estando sempre dispostos a se reverem profissionalmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

240

A atuação do Terapeuta Ocupacional junto à população negra propõe articular de forma dialógica ações para favorecer a constituição e a sustentação de uma Identidade, na qual se busque “resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (p.18)⁷, ressignificando eventos negativos e apostando em possibilidades mais potentes¹⁷. Aqui, propõe-se que os terapeutas ocupacionais repensem suas práticas e como vêm construindo suas intervenções, levando-os a pensar se estas estão corroborando com o racismo institucional e estrutural ou se estão produzindo ações antirracistas e emancipatórias, que possibilitem aos sujeitos negros se conscientizarem, se empoderarem e florescerem.

Afirmamos que a Terapia Ocupacional deve ter uma atuação específica com a população negra, seja quando a pessoa negra for o foco da atuação devido à violência do racismo, seja se atentando às especificidades que atravessam tais sujeitos quando a atuação

2* Contribuindo para pensar e intervir sobre as demandas específicas vivenciadas pela população negra no processo de obtenção de cuidados de saúde e, assim, para a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, normatizada pela portaria 992/2009, que tem como objetivo geral “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS” (p.27)²⁵.

for em outras problemáticas, pois entendemos que o racismo é estruturante e estrutural e ele perpassa a existência de todos estes sujeitos.

A intervenção da Terapia Ocupacional não se limita a vítimas do racismo (quando essa for uma demanda principal), mas vai além. Tendo em vista que, mesmo quando a demanda de um sujeito negro em um serviço de Assistência Social, por exemplo, não seja o racismo, há de se compreender e se atentar sobre essa questão no processo de intervenção. Com isso, propomos uma radicalização na forma de pensar intervenções, nas quais o profissional deve se atentar para o quão colonial e excludente, ou não, podem ser suas práticas, independente da subárea a ser aplicada.

A partir de nossa análise teórica, ser negro ou negra no contexto mundial nunca será um simples fato, ser negro ou negra é determinante para as construções sociais, econômicas, culturais e identitárias de um sujeito dentro de uma sociedade que se estrutura sob o racismo interpessoal e institucional.

Ademais, acreditamos que não produzimos uma perspectiva essencialista, pelo contrário, realizamos um percurso teórico que afirma as vulnerabilidades históricas e atuais da população negra. Afirmando, assim, a emergência da produção na Terapia Ocupacional de espaços de discussão e problematização para a produção de práticas antirracistas.

Por fim, cabe ressaltar que a profissão, dentro da perspectiva social, vem se fortalecendo com suas tecnologias, e se mostra potente para agir sobre o racismo e a desigualdade racial, buscando rompê-los. E, mais do que isso, sendo um agente capaz de articular movimentos de emancipação desses sujeitos, criando diversos campos de possibilidades.

Referências

1. Quijano A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander, E. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
2. Arroyo MG. **Ações Coletivas e Conhecimento: Outras Pedagogias?**. Universidade Popular dos Movimentos Sociais, 2009. Disponível em: <<http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/documentos/leituras/leituras-sobre-a-upms.php>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.
3. Munanga K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoões-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

4. Munanga K. **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
5. Costa JF. **Prefácio**. In.: SOUZA, N. S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983. (Coleção Tendências; v. 4).
6. Cardoso L. **Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Manizales. 2010;8(1):607-630.
7. Souza NS. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983. (Coleção Tendências; v. 4).
8. Munanga K. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil** - Entrevista de Kabengele Munanga. Estudos Avançados. São Paulo. 2004; 18 (50): 51-56.
9. Munanga K. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?** Revista da ABPN. São Paulo. 2012; 4 (8):06-14.
10. Geledés Instituto da Mulher Negra. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto da Mulher Negra – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, s/a
11. Gonzalez L; Hasenbalg C. **Lugar de negro**. – Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
12. Almeida MC; Barros DD; SOARES CRS; Galvani D. **Glossário de base para a Terapia Ocupacional na Assistência Social**. In.: Chagas, JNM; Barros, DD; Almeida, MC; COSTA, SL. Terapia Ocupacional na Assistência Social (SUAS). - Rio de Janeiro, RJ CREFITO2, 2015.
13. Kronenberg F; Pollard N. **Superar el apartheid ocupacional: exploración preliminar de la naturaliza política de la terapia ocupacional**. In: Kronenberg, F; Algado, SS.; Pollard, N. Terapia ocupacional sín fronteras: aprendiendo el espíritu de supervivientes. Buenos Aires – Madrid: Médica Panamericana, 2006.
14. Instituto Amma Psique e Negritude - AMMA. **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
15. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.
16. Almeida MC; Barros DD; SOARES CRS; Galvani D. **Terapia Ocupacional Social: notas acerca das ações na Assistência Social e para o desenvolvimento comunitário**. In.: Chagas, JNM; Barros, DD; Almeida, MC; COSTA, SL. Terapia Ocupacional na Assistência Social (SUAS). - Rio de Janeiro, RJ CREFITO2, 2015.
17. Costa IRBB; Castro GGA. **Racismo: Impacto no Desempenho Ocupacional e na Corporeidade Negra**. In: V Congresso Baiano de Pesquisadores Negros, IV Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas, XI Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira e II Seminário do Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade. 2015, Jequié. Anais. Jequié: UESB, 2015. p. 1005-1006.
18. Calvento RAC; Anglés EL; Roca SM; Algado,SS. et al. **Curso de rehabilitación basada en la comunidad: caminando hacia la justicia ocupacional**. Revista informativa de la Asociación Profesional Española de Terapeutas Ocupacionales, n.43, Septiembre 2007.
19. Lopes RE; Malfitano APS; Silva CR; Borda PLO. **Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade**. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos. 2014;22 (3):591-602.
20. Malfitano APS. **Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional**. In: Lopes, RE; Malfitano, APS. Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

21. Barros DD; Ghirardi MIG; Lopes RE. **Terapia Ocupacional Social**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. 2002; 13(3):95-103.
22. Freire P. **Pedagogia do Oprimido**. 17^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
23. Galheigo SM. **Terapia ocupacional en al ámbito social: Aclarando conceptos e ideas**. In: Kronenberg, F; Algado, SS.; Pollard, N. Terapia ocupacional sín fronteras: aprendiendo el espíritu de supervivientes. Buenos Aires – Madrid: Médica Panamericana, 2006.
24. Barros DD; Galvani D. **Terapia Ocupacional: social, cultural? Diversa e múltipla!** In: Lopes, RE; Malfitano, APS. Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
25. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.**

Contribuição dos autores e autora: Magno Nunes Farias – Concepção e redação do texto, resumos, revisão, adequação para submissão. **Jaime Daniel Leite Junior** – Concepção e redação do texto, resumos, revisão, adequação para submissão. **Isabelly Regianne Brasil Braga da Costa** - Concepção e redação do texto, resumos, revisão, adequação para submissão.

Submetido em: 24/09/2017

Aceito em: 11/12/2017

Publicado em: 31/01/2018